



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 082

QUARTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1981

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 167ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE AGOSTO DE 1981

Sessão solene destinada a recepcionar o Senhor Luiz Herrera Campins, Presidente da República da Venezuela.

2 — ATA DA 168ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE AGOSTO DE 1981

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ALEXANDRE MACHADO — Problemas das desapropriações de terras feitas pelo Governo Federal, no Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Defesa da estatização da COBRA — Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.

DEPUTADO THEODORICO FERRAÇO — Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Ely Junqueira.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 31/81-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.851, de 27 de janeiro de 1981, que altera o limite mínimo do benefício fiscal concedido pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, a pessoas físicas mutuárias do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências. **Aprovado. À promulgação.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 32/81-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.852, de 27 de janeiro de 1981, que regula a distribuição aos Municípios da parcela do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos. **Aprovado. À promulgação.**

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 167ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE AGOSTO DE 1981

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JARBAS PASSARINHO

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Calvalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Arno Damiani — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frotá — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PTB; Carlos Vinagre — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélito Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 800,00
Ano Cr\$ 1.600,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 2.500,00
Ano Cr\$ 5.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 10,00

Tiragem: 3.500 exemplares

Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Arruda — PMDB; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antonio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocencio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Jose Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PP; Djalma Bessa — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrago — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Mário Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dario Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Roseburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS;

Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goias

Adhemar Santillo — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Manoel Oséas — PDS; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Acácio Pereira — PMDB; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; José Thomé — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Victor Fontana — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebíades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluízio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Declaro aberta a sessão destinada a receber Sua Excelência o Senhor Luis Herrera Campins, Presidente da República da Venezuela, e convido Sua Excelência o Senhor Ministro Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a integrar a Mesa.

O Sr. Ministro dirige-se à Mesa, tomando assento à esquerda do Sr. Presidente Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Encontra-se no edifício do Congresso Nacional Sua Excelência o Senhor Presidente da República da Venezuela.

Para introduzir Sua Excelência em plenário, designo Comissão constituída pelos Líderes de Partidos Políticos, representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; e pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso Nacional. (Pausa.)

Acompanhado da Comissão designada, dá entrada em plenário o Senhor Presidente Luiz Herrera Campins, tomando assento à direita do Sr. Presidente Jarbas Passarinho.

São executados, nas galerias, os Hinos Nacionais da Venezuela e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nilo Coelho, que, em nome do Senado Federal, saudará nosso ilustre visitante.

O SR. NILO COELHO (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Jarbas Passarinho; Exmº Sr. Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Ministro Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmºs Srs. Ministros de Estado; Exmºs Srs. Ministros dos Tribunais; Srs. Embaixadores; Sr. Arcebispo de Brasília; autoridades civis e militares; ilustre comitiva da nação irmã Venezuela; Srs. Senadores; Srs. Deputados; minhas Senhoras, meus Senhores; eminente Presidente Luiz Herrera Campins. Por delegação do Presidente do Senado Federal, o eminente Senador Jarbas Passarinho, recebi a honrosa missão de saudar V. Exª, Dr. Luiz Herrera Campins, digníssimo Presidente da vizinha e amiga República da Venezuela e, na sua pessoa, o povo trabalhador da valorosa nação americana, um dos berços da liberdade e da civilização deste continente.

Neste momento, todo o Brasil saúda V. Exª, através do Senado Federal, expressão e retrato das unidades que compõem a sua forma federativa de Estado e do calor da totalidade de seu povo, legitimamente representado pela Câmara dos Deputados.

Este Congresso Nacional, Sr. Presidente, constituindo, assim, a mais expressiva e elevada voz da nacionalidade brasileira, sente-se sumamente gratificado, ao ter a oportunidade de acolher, em seu recinto, não apenas o Chefe de Estado do grande país irmão, mas de receber, na pessoa de V. Exª, um permanente defensor do entendimento mútuo entre as nações e os povos de todo o mundo.

É, pois, o Brasil-Estado e o Brasil-Nação que abraçam V. Exª, nesta visita auspiciosa, que nos honra e muito nos alegra e estimula.

A presença de V. Exª nesta Casa, síntese das mais legítimas aspirações e dos ideais do povo brasileiro, bem como da salutar efervescência de seu pluralismo ideológico, realimenta em nós a crença, jamais negada ou esquecida, nos anseios e valores democráticos.

Também comungamos do conceito venezuelano de democracia como "um modo de vida, adequado às peculiaridades de cada povo. Sua força e sua dignidade consistem na defesa do homem, na exaltação do homem e na estima do homem livre que não somente tem acesso aos bens materiais mas também aos bens espirituais." Por isso mesmo permita-me V. Exª acrescentar o interesse e admiração com que acompanhamos a segurança em que se firmam nas terras da Venezuela as profundas e benditas raízes da democracia.

Mas a presença de V. Exª nesta Casa também evoca a esperança e a consciência da necessidade de um relacionamento mais efetivo e solidário entre as nações do outoro Novo Mundo.

Nascidos da mesma civilização ibérica, há ainda a unir-nos o profundo humanismo da mesma cultura latina, origem que nos faz propensos à hospitalidade, à fraternidade, à solidariedade e à aproximação entre os povos e as nações. Bem sabe V. Exª quanto numerosos são esses pontos de contacto e semelhança das nossas civilizações, e que tão bem se refletem na leitura de Peonia, o grande romance de Romero García, precursor do nosso José Lins do Rego, romancista do ciclo do açúcar.

Do Mestre Gilberto Freyre são estas observações: "Sugestivo é o confronto que Oliveira Lima traça entre a formação da Venezuela e a do Brasil." Lembra que, nos dois países, preponderou o elemento africano na composição da população servil e que, em ambos, houve uma "aristocracia" ou "nobreza da terra", à qual "pertenceram Bolívar em Venezuela e no Brasil os Cavalcantis pernambucanos e os Andradas paulistas."

O Ministro Oliveira Lima, que tanto se honrou em ser o representante do Brasil junto ao Governo da Venezuela, e da qual se fez sincero amigo e admirador, dizia com propriedade ao apresentar suas credenciais:

"O parentesco de raça e a situação geográfica aconselham-nos a boa inteligência para a qual nos impelem as conveniências do desenvolvimento do nosso continente, brilhantemente qual o fadaram as condições naturais, pacífico como o deve ser próprio da cultura americana."

Seria esse talvez o primeiro passo para o protocolo do nosso tratado de delimitação de fronteiras, inspirado numa identidade de sentimentos e interesses e que, através do tempo, continua a ser fundamento, até hoje, de toda

ação da diplomacia brasileira. Essa continuidade, sob o comando do Itamaraty, jamais comprometeu a sua dinâmica; ao contrário, ela se renova e se ajusta às relações de um mundo cada vez mais competitivo e interdependente.

Temos consciência da certeza de que a América Latina, coesa e solidária, contribuirá poderosamente para o fortalecimento do sistema interamericano, dentro do qual mantemos, a despeito de eventuais e mesmo naturais divergências, uma afinidade histórica de princípios, ideais e vocação democrática. É preciso, antes de tudo, que derrubemos as barreiras das desconfianças e do isolamento condicionado pelo comodismo geográfico, e nos sentemos à mesa do entendimento para que, sem perdermos a nossa identidade peculiar, possamos promover maior independência comum aos Estados da região no seu relacionamento com os demais países do mundo.

A larga visão de estadista de V. Ex^a, primeiro mandatário de uma das nações mais pujantes da América, certamente descortina este horizonte de possibilidade. (*Palmas.*) O povo brasileiro, Sr. Presidente, conscientizado dessas imposições de ordem política, tem como prioritário o compromisso de estreitar o relacionamento com os países do Continente e, em especial, com seus irmãos da América do Sul.

Intérprete dos sentimentos do povo brasileiro, a política nacional se tem orientado definitivamente neste sentido, pois, tantos são os laços que nos unem pela geografia e que nos ligam aos diversos países na vastidão dos pampas, na misteriosa Amazônia, no Pantanal Mato Grossense ou nas águas de nossa copiosa hidrografia. Das muralhas dos Andes, que por muito tempo nos têm isolado, fluem generosamente as águas de suas fontes perenes que alimentam muito de nossos maiores rios.

Sr. Presidente, ao lado desta nossa natural afinidade fraterna, nos preocupa a formação de blocos fechados de nações que, mesmo eventualmente bem sucedidos, nada mais conseguiram que um equilíbrio precário em detrimento da tranquilidade de todos os povos e da paz universal.

Consideramos importante que as nações cultivem os valores que lhes são comuns e específicos ao entendimento regional, mas, também, cuidem dos valores universalmente consagrados e que devem promover a união da humanidade

É nesse sentido, de promover a unidade, respeitada a diversidade e soberania dos povos em trilhar seus próprios caminhos, que o Congresso Nacional aspira a uma aproximação mais intensa entre os povos da América Latina.

Fiéis ao humanismo cultural que inspirou, desde as mais profundas raízes, a história de nossas nações, poderemos encontrar, no princípio da solidariedade internacional, a razão mais fundamental do mútuo entendimento.

Ninguém na América poderá falar em liberdade, solidariedade e entendimento entre as nações livres sem render, porém, o seu tributo de profunda estima e elevado respeito e veneração ao grandioso filho da Venezuela, herói da liberdade em várias pátrias e aclamado no continente americano como o Libertador da América, título como é universalmente consagrado. Aqui neste plenário o grande Bolívar já foi referido como o "Carvaleiro da Glória e da Liberdade."

O Brasil, ligado à Venezuela por 2.000 quilômetros de fronteiras, desperta sempre a memória histórica.

Ocorreu-me a figura de um brasileiro que, ao lado de outros bravos generais venezuelanos, sob o comando do próprio Simon Bolívar, tantas batalhas heróicas realizou na luta pela formação da República da Colômbia e da independência da Venezuela. Refiro-me ao pernambucano General José Inácio de Abreu e Lima, que marcou a colaboração do voluntariado brasileiro nas lutas libertárias da Venezuela, cuja história consagrou o seu nome, hoje inscrito no monumento aos libertadores.

Ao lado de Bolívar, combatendo para o êxito das memoráveis campanhas, distinguiu-se, de modo especial, esse General brasileiro, merecendo a amizade e a confiança do grande venezuelano que o promoveu a Chefe de Estado-Maior.

Ramón Aspuruá a ele se refere como o "filho do Brasil que abraçou, desde os primeiros instantes de luta, a nobre causa de emancipação sul-americana e que prestou bons e oportunos serviços à liberdade da Venezuela e à formação da República da Colômbia."

É, também, o próprio Abreu e Lima quem o testemunha, em carta que nos últimos dias de vida escreveu em 1868 ao General José Antonio Paéz:

"Servi com os mais distinguidos generais da América, com Bolívar, Paéz, Soublette, Urdaneta, Montilla e Sucre, os quais todos foram generosos em me distinguir..."

Nessa mesma carta, Sr. Presidente, ele diz ainda:

"Tenho orgulho de chamar-me um dos libertadores da Venezuela e dos de Nova Granada. Ostento com orgulho as minhas cruces de Boyaca, de Puerto Cabello e meu nobre escudo de Carabobo.

Tenho e conservo o busto de ouro do Libertador, que ele mesmo me entregou, como um diploma muito honroso".

E mais adiante: ... "devo ao Libertador meu grau de General."

Hoje, Sr. Presidente, a Venezuela, para nosso orgulho, tem gravado, nas melhores páginas de sua História, o nome desse General brasileiro, à época perseguido no Brasil ainda colonizado, mas que soube servir à pátria de V. Ex^a como se fosse a sua própria pátria.

Este exemplo é uma das *núances* do temperamento, do idealismo e da fraternidade do povo brasileiro, cuja consciência e ideais de liberdade tanto inspiraram o espírito inquieto e exuberante de Simon Bolívar.

Sr. Presidente, nossas duas pátrias, identificadas entre si pelos valores comuns da civilização ocidental, e por tantos outros laços permanentes ainda, devem sublinhar sempre, em nossas relações, o espírito radioso de Simon José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar Y Palacios, grande filho da Venezuela, e o voluntário José Inácio de Abreu e Lima, seu discípulo brasileiro dedicado e fiel. V. Ex^a, no seu itinerário em terras brasileiras, estará nas próximas horas em Pernambuco, onde, conforme seu desejo, visitará o túmulo deste nordestino, em cuja lápide está inscrito: "Aqui repousa o cidadão José Inácio de Abreu e Lima — propugnador esforçado da liberdade de consciência" — precursor do liberalismo democrático.

Temos sofrido a ação internacional do frio expansionismo econômico, procedente dos países mais industrializados. Juntamente com os outros Estados latino-americanos, o Brasil e a Venezuela precisam, mais do que nunca, manter-se coesos no mesmo espírito continental e universalista do Grande Libertador. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, é convicção deste Congresso Nacional brasileiro que a visita de V. Ex^a ao Brasil e a esta Casa reforça a nossa identidade e cria um momento muito favorável ao fortalecimento de amizade e da ampliação das relações e planos de novos intercâmbios de mútua cooperação entre nossas pátrias vizinhas e irmãs.

A Venezuela tem sido um constante estimulador do convênio Andrés Bello, o que, por si só, demonstra a sua receptividade e o seu empenho em promover amplos acordos culturais, científicos e tecnológicos na região. O Brasil, por sua vez, também partilha essa receptividade e esse empenho. As pré-condições acham-se, portanto, presentes e despertas, para a maior e mais profunda intercomunicação nesse sentido.

Disse certa vez V. Ex^a:

"Sinto simpatia pelos que criam bens, pelos que assumem iniciativas, pelos que desejam a transformação acelerada do País. Prefiro os que põem asas aos sonhos àqueles que as cortam. Prefiro os que sonham mergulhados no otimismo aos desvalidos imersos no pessimismo."

Também eu e os brasileiros acreditamos nas possibilidades infinitas das idéias e do gênero humano.

Estamos juntos na luta por uma nova ordem internacional, pela preservação da liberdade e da democracia, pela vigência dos direitos humanos e da justiça social, pela permanência de uma paz estável, na esperança de que se concretize a grandiosa visão de uma América Latina unificada, em uma grande nação de repúblicas.

V. Ex^a, Sr. Presidente, como pessoa, é o homem simples como se declarou ao seu povo:

"O País sabe que entre os meus defeitos não figura a ostentação, tenho dado à Presidência um estilo sincero, modesto e cordial."

Mas como estadista, para nós, V. Ex^a é um arauto da unidade continental e faz jus à vocação histórica dos líderes de seu país. Um sintoma dessa liderança e estilo de governo é a expressividade da comitiva que o acompanha ao Brasil, dela fazendo parte os cinco últimos embaixadores venezuelanos em nossa terra, onde fizeram e cultivam muitas amizades. Gesto nobre, gesto alto de um estadista. Somos agradecidos, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Acompanha V. Ex^a, em sua visita, D. Betty Urdaneta, a quem rendemos nossas mais sinceras homenagens, extensivas às valorosas mulheres venezuelanas. (*Palmas.*)

A D. Betty gostaria de lembrar que a História do mundo ainda não conheceu um grande homem que, na luta pelos seus ideais, não tivesse ao seu lado, apoiando-o e inspirando-o, com os seus estímulos e aconselhamentos, uma companheira, capaz de ser o bálsamo nas horas nem sempre fáceis no viver de um grande estadista como é V. Ex^a

Assim tem sido entre V. Ex^{as}, tanto nas diferentes campanhas eleitorais para Deputado, para Senador e para Presidente da República, como no dia-a-dia da vida Política Venezuelana. Mas esse perfil estaria bastante incomple-

to se não ressaltasse o papel admirável que desempenha D. Betty Urdaneta na condução das obras de Assistência Social do seu país, com liderança invulgar e notável exemplo de espírito público. Sr. Presidente Luiz Herrera Campins e D. Betty Urdaneta, os representantes deste País e de todos os brasileiros saudam, nas pessoas de V. Ex^{as}, o bravo povo da soberana e grandiosa República da Venezuela.

Deus guarde V. Ex^{as} (*Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Cardoso Alves, que falará pela Câmara dos Deputados.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Jarbas Passarinho, Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, nobre Deputado Nelson Marchezan, Exm^o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Xavier de Albuquerque, demais nobres Srs. Senadores que ora compõem a Mesa; Exm^{as} Srs. Chefes de missões diplomáticas estrangeiras, Exm^{as} Srs. Ministros de Estado, Exm^o Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Exm^{as} autoridades civis, militares e eclesiásticas, nobres Srs. Congressistas, minhas Exm^{as} Senhoras, Exm^{as} Senhores, quero fazer minhas as palavras do jovem poeta Eugênio Evtuchenko:

“O mundo inteiro se compõe de duas nações: a dos homens bons e a dos homens maus. Sou patriota da nação universal dos homens bons. Sei que o amor à humanidade é essência do amor à pátria.” (“Autobiografia Precoce”).

Sr. Presidente, o Presidente da Câmara dos Deputados, meu estimado amigo Nelson Marchezan, ao conceder-me o privilégio de falar nesta sessão, o que ora agradeço, quis, por certo, distinguir, dentre os membros da Oposição brasileira, o antigo democrata-cristão para receber, nesta Casa, o nosso irmão de esperanças, Presidente Herrera Campins, vitoriosa expressão de uma tenacidade de ferro.

É providencial que a visita de S. Ex^a ao Parlamento brasileiro — Casa de nossas leis — ocorra em 11 de agosto, data em que comemoramos, sempre com renovada esperança e fé retemperada, a fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, há 154 anos.

A Câmara dos Deputados quer abranger nesta homenagem a personalidade integral do Presidente venezuelano. Sauda desde o repórter esportivo adolescente, cujo contato com o povo despertou no estudante uma vocação política apaixonada e romântica, até o deputado de 23 anos de idade. Nela engloba o jornalista. Estende-a ao bravo líder da greve nacional dos estudantes em 1952, rebeldia que lhe valeu a prisão. Destaca, porém, enternecida de emoção, o subversivo, o perseguido, o prisioneiro da ditadura. Não é o cárcere dos déspotas o recolhimento da liberdade para o noviciado do poder?

Não foi ali, na masmorra do Presídio Modelo de Caracas, que o jovem Herrera percorreu, na inevitável reflexão do isolamento, os mais penosos e fecundos itinerários da alma, para demarcar, com o sinal da esperança, na incerteza do futuro, as rotas imponderáveis que o trariam até aqui, honrado e vitorioso?

Desde sua campanha eleitoral ofereceu-se ao povo como um homem do povo, provinciano, simples e alegre, igual aos que na sua pequenina Acarigua com ele comiam o mesmo pão. O chapéu de vaqueiro evidenciava-lhe esta preocupação. Identificava-o com a terra e com a gente. E tanto o fecundaram o sofrimento e o amor à gente e à terra, que conseguiu, na plena força de seus anos, pertratar o caminho redentor, que foi da prisão ao exílio, do exílio ao Parlamento e do Parlamento à Presidência da República. (*Palmas.*)

Pode haver, na América, uma carreira democrática mais típica, mais característica, mais telúrica? Não virá a ser este mesmo o destino da própria América Latina?

As artes configuram o aspecto mais belo da premonição. Os artistas, pela agudez de sua sensibilidade, vêem mais longe, distinguem horizontes insondáveis, pressentem o mais remoto. Assim, também, há de ser o político. Em sua essência, arte e política se tocam. Pode haver ciência, competência, tecnologia, erudição, mas não haverá a marca da liderança na alma onde não reponte a sensibilidade. O que fez Herrera da própria vida, senão um poema épico cujos versos são traduzidos por seus transe mais generosos e convulsos? Por isso, e pela sua constante preocupação com os direitos e a promoção dos homens, ao colocar pontos de seu governo, deu prioridade absoluta à educação e prometeu amparar a poesia, a música e a pintura.

Foi-lhe compensador o destino!

Não bastasse ter tido o exemplo desprendido e generoso de Miranda, concedeu-lhe, ainda mais, a Providência. Fê-lo conterrâneo e herdeiro, emulo e sucessor de Bolívar.

Como o Precursor, fez do exílio um aprendizado. Universalizou-se.

Absorveu, dentre outros, o pensamento de Adenauer, Teilhard de Chardin e do incomparável Maritain.

De Bolívar herdou o coração. O mesmo coração que o Libertador, em carta comovedora a seu preceptor e mestre Simon Rodriguez, diz ter sido por este moldado:

“afeito à justiça e à liberdade, à formosura e à grandeza.”

Presidente Herrera Campins,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil é, para nós, uma oportunidade de análise de nossos problemas, de exame de nossas conveniências, de reafirmação de nossas necessidades e de aprimoramento de nossos planos.

Não aporta aqui nenhum caudilho ou chefe carismático. Não vem estar conosco nenhum ditador ou tirano paternalista.

Aqui vem um guardião de direitos. Um crente da democracia. Um estadista que, frente a um universo tecnicista e sem alma, tem uma visão cristã do mundo e dos homens e age sob esta inspiração (*palmas*). Um líder escolhido livremente pelo voto direto de seu povo, Presidente constitucional de seu país. (*Palmas.*)

Vossa Excelência é visto pelos brasileiros como um estadista moderno, lúcido e descentralizador, “um homem realista de ideais e de ideais realistas”, como a si próprio se apresenta ao chegar ao ápice de uma carreira marcada pela coerência, desde a Juventude Revolucionária Copeiana até a Presidência da República.

Visita-nos na fase em que o povo brasileiro espera pela colheita dos frutos da abertura política jurada pelo Presidente João Baptista Figueiredo.

Por tais motivos, a presença de Vossa Excelência é aplaudida como marco no fortalecimento da solidariedade internacional na América Latina, capaz mesmo de tornar-se o indutor de uma estratégia global na formulação da política americana perante os outros povos.

Já na década de 50, por iniciativa de Queiroz Filho e Franco Montoro, um dos mais eminentes Senadores de nossa República, democratas-cristãos de toda a América reafirmavam o diagnóstico de nosso subdesenvolvimento:

“vinte fronteiras diferentes; vinte mercados diferentes; vinte interesses diferentes; às vezes até contrapostos e conflitantes, impossibilitando o desenvolvimento de nossas economias sob cânones mais modernos.”

Tal quadro permanece num mundo onde se evidenciam cada vez mais a associação dos fortes e a eles a sujeição dos fracos e divididos. É solidária, em enormes segmentos, a economia dos EEUU, da União Soviética, da Europa, do Oriente Médio e, até mesmo, da Ásia. Enquanto isto, permanecemos substancialmente fracionados, não obstante a presença da ALALC, do Pacto Andino, do Pacto Amazônico e alguns outros acordos regionais, conseguidos, quase sempre, sob estímulos divisionistas das áreas integradas.

Este aspecto desvantajoso de nossas relações com o resto do universo, particularmente com os EEUU e com o Mercado Comum, é agravado pela existência de mercados de consumo insuficientes para propiciar entre nós economias de alta produtividade: Pela incapacidade de capitalização para atender a demanda de nosso desenvolvimento. Pela impossibilidade de criarem-se as condições de investigação científica e aperfeiçoamento tecnológico requeridos pela economia contemporânea.

Ao mesmo tempo, desde o sul do Rio Grande até a Terra do Fogo, não obstante a nossa mesma etnia, os nossos mesmos problemas, os nossos mesmos costumes e nossos mesmos anseios, vivemos ainda, em grande escala, o mesmo analfabetismo, a mesma falta de habitação, a mesma subnutrição, a mesma miséria. Atormenta-nos, em toda a nossa vastidão comunitária, a mesma luta constante e desesperada contra o mesmo subdesenvolvimento.

Presentemente o Brasil, vem estabelecendo, com os acordos que tem firmado, uma política de associação internacional. Vossa Excelência tem se mostrado, como revela sua Mensagem de 12 de março do corrente ano ao Congresso Nacional da República, o defensor máximo da integração latino-americana e lúcido patrono da ALADI. Nada mais próprio, portanto, do que lembrar, durante a visita de Vossa Excelência ao Brasil, que, dada a sua reconhecida condição de símbolo da luta pelo desenvolvimento de nossos povos, a Capital da Esperança — Brasília — seria a sede mais adequada para a Associação Latino-Americana de Integração.

Enquanto o processo político que penosamente compomos não nos permitir a fase justa e ideal de nos promovermos todos à civilização contemporânea, e sermos todos os povos da América Latina organizados sob sólidos e duradouros regimes democráticos que possibilitem nossas plenas soberanias e nossa integração política, social e econômica, é preciso que os governos mais sábios conduzam seus países a posições mais próximas da justiça social internacional proclamada pelo governo de seu eminente antecessor Rafael Caldera.

Para que possamos elevar o nosso diálogo com o restante do mundo a níveis dignos e proveitosos, devemos superar, vencendo com rapidez as eta-

pas já perdidas, nossa fragmentação como bem lembrou vezes reiteradas V. Ex^a Divididos, permaneceremos fracos. Integrados, nos fortaleceremos e, sem prescindir da cooperação dos demais países, poderemos travar com todos um diálogo mais equitativo e mais justo. Aplaudimos o encontro Norte-Sul preparado em Cancún ressaltando, porém, que na busca da justiça social internacional devemos compreender, com clareza, que o convívio universal deve pressupor uma ordem na vocação da solidariedade. Esta, por sua vez, impõe aos povos em entrosamento prioritário entre as nações mais próximas sob o ponto de vista étnico, geográfico, histórico, político, econômico e social. São estas, as mais assemelhadas, que juntas correm o mesmo risco e a mesma sorte.

A intensificação das relações Venezuela—Brasil, traduzida pela aproximação cada vez mais íntima das duas nações, a nível de povo, entidades intermediárias e governos, pelo fomento de nosso intercâmbio cultural e pelo incremento cada vez mais intenso de nossas trocas comerciais, configura, assim, uma aspiração de todos os brasileiros.

Instituição persistente e teimosa, que sobrevive às custas de inesgotável esperança democrática, a Câmara dos Deputados saúda em Herrera Campins um homem que dignifica a humanidade. Por seu intermédio, o grande povo que representa e que vem cumprindo, desde o século XVIII, uma trajetória de independência. Inconformado e indômito, oprimido se levanta, se alteia e se agiganta na implacável exigência de sua liberdade e de sua soberania.

Neste povo, os Deputados brasileiros saúdam a Venezuela.

A sua Venezuela ativa e democrática.

A nossa Venezuela consanguínea e fraterna: berço e escola, lar e oficina, tenda de guerreiro e panteão do mais eminente de todos os americanos — Simón Bolívar, símbolo eterno da vigorosa presença venezuelana na América e no mundo. (*Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Cabe-me a honra de conceder a palavra a S. Ex^a o Sr. Presidente Luis Herrera Campins (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE LUIZ HERRERA CAMPINS — Señor Presidente del Senado Federal, Señor Presidente de la Cámara de los Diputados, Señores Presidente del Supremo Tribunal Federal, Señores Presidentes de los Tribunales Superiores, Señores Ministros de Estado, Señor representantes de las misiones e miembros del cuerpo diplomático, Señores Senadores, Señores Diputados, Señoras e Señores:

Traigo a esta Casa del pueblo brasileño el saludo fraterno del pueblo de Venezuela. Durante 20 años de ejercicio parlamentario, primero como Diputado y luego como Senador, estuve con beligerante actividad en el campo legislativo. Fue una experiencia maravillosa y muy útil preparación para el gobierno. Ese grato recuerdo me hace sentir cómodo en todos los Parlamentos del mundo: Siento ambiente, calor, amistad y cordialidad de casa propia.

En las Cámaras conocí los vaivenes de la política; en oportunidades sucesivas fui vocero de oposición y de gobierno; conozco de reveses y de victorias y el claroscuro apasionado y apasionante de la vitalidad de la Representación Nacional.

El Parlamento es el escenario por antonomasia de la confrontación, de la deliberación y de la confluencia, con su expresión libre, plural y crítica, molde para hacer Repúblicas y consolidar democracias. (*Palmas.*)

Cumple alta función en el mundo y en América Latina. Los fantasmas de extremismos antagónicos coinciden en el temor cerval al cívico debate y a las inmensas potencialidades de la libertad. Los aterrro que el ejercicio de la libertad necesita recibir y ofrecer tolerancia.

La política exterior del gobierno que presido ha sido y seguirá siendo la búsqueda de la institucionalización de la libertad en el Continente. (*Palmas*) Así se enmarca dentro de la orientación histórica trazada por los Padres de nuestras Patrias, cuya ideal obsesión fue darnos libertad.

Proclamamos la democracia, perfectible en su realización, revisable en sus ejecutorias, siempre en trance de superación, a pesar de las deficiencias que refleje. La democracia representa sólido valladar contra los espejismos que, siempre con modelos extremistas de uno u otro signo ideológico, aspiran, mediante simplismos reduccionistas, a negar el bien común y la justicia, cuando no la libertad.

La agitada historia presente de la América Latina es rica en enseñanzas. Entre otras cosas muestra a quien sabe entender las fuerzas profundas subyacentes en el proceso de nuestros pueblos, que la libertad es constante aprendizaje y permanente aspiración.

La responsabilidad y la madurez cívica van labrándose en la conciencia personal y en el comportamiento colectivo, en la misma medida en que las opciones se utilizan para alcanzar la normalización institucional que permite a la democracia ser no sólo una forma política, sino una forma de vida, una válida alternativa de futuro. (*Palmas.*)

Es más difícil ser demócrata que autócrata o totalitario. La República se construye día a día. La esperanza debe reforzarse frente a la prédica del cansancio amargo con cuya fermentación quieren los audaces sin escrúpulos confundir y desorientar.

Muchos, hoy, ante los retos de nuestro Continente, son proclives al autoengaño con mitologías políticas que ni siquiera poseen el atractivo de la novedad.

Piensen que los estadistas, antes que responder con grandeza a los retos de su tiempo, deben surcar los mares contaminados de la falsedad demagógica.

Concibo la política como la siembra, el cultivo y la cosecha de la esperanza buena.

La democracia necesita paciencia, supone constancia, requiere honestidad, pide trabajo, exige discusión y concertación.

El ejemplo de los líderes es cátedra abierta, ejemplo pedagógico para el aprendizaje de los pueblos.

Entendemos la política como tarea comprometida de servicio en pro del bien y con aspiración de encontrar la verdad y hacerla idea, palabra, obra y vida. (*Palmas.*)

América Latina nos exige trabajar sin desmayos por la democratización en nuestras propias patrias y cooperar a que los demás puedan hacer lo mismo en las suyas. La solidaridad democrática es un imperativo de hermandad latinoamericana, de integración, de solidaridad.

Conocemos y apreciamos el proceso de democratización que adelanta el Brasil. (*Palmas.*) Deseamos que culmine plenaria y felizmente para bien de esta gran Nación, de tanto peso en toda América Latina. El bien-ser y el bien-estar de nuestros vecinos es condición positiva para nuestro progreso.

Venezuela no aspira a convertirse en juez del proceso de otros pueblos. Sería insensato atribuirse esa función. Más aún, evidenciaría una soberbia que haría olvidar las enseñanzas de nuestra propia historia, en lo que tienen de tragedia.

Cuando proclamamos la urgente necesidad histórica de institucionalizar la libertad, la democracia y la justicia en nuestro Continente lo hacemos con la profunda humildad del reconocimiento de nuestros propios yerros. (*Palmas.*)

Venezuela es un país joven. La edad promedio de sus habitantes es de 24 años. Pues bien, mis queridos amigos, la actual juventud venezolana es la primera generación de nuestra historia soberana nacida y crecida en libertad. Desde 1810 hasta hoy, esa juventud de mi tierra es la primera generación, que no conoce, como experiencia vivida, ni la guerra civil ni la autocracia. (*Palmas.*)

Cuando conocemos, valoramos y respaldamos los procesos de normalización institucional en los países hermanos, lo hacemos con el más legítimo deseo de que ellos participen de lo que para nosotros ha sido una condición propicia en el esfuerzo sin pausa en pro del bien común.

Poseemos, pues, plena conciencia de un hecho que no sólo es producto de la geografía y de la historia sino de la voluntad política que exige nuestra responsabilidad de estadistas: me refiero al hecho de que poseemos y seguiremos poseyendo un común destino. Y debemos labrar ese común destino con grandeza participativa y en libertad solidaria. (*Palmas.*)

Son complejos los retos de la actual coyuntura latinoamericana. Como pocas veces en nuestra historia, tanto en nuestros riesgos como en nuestros logros, la interacción en la vida de nuestros pueblos es un hecho evidente. Debemos conservar nuestra identidad, perfeccionar nuestra independencia y soberanía, superar nuestras deficiencias educativo-culturales y capacitarnos para producir todo género de bienes, desde los trascendentes hasta los fungibles. En la medida en que seamos más, tendremos más y mereceremos más respeto.

Como nunca se ciernen sobre América Latina las presiones de políticas ajenas a nuestra comunidad hemisférica y antagónicas a su planario desarrollo en cuanto responden a estrategias de Bloques empeñados en dirimir la supremacía mundial.

A las tensiones Norte-Sur, producto de la resistencia de los países industrializados para cooperar positivamente en la búsqueda de un Nuevo Orden Económico Internacional, debemos añadir las nuevas características de las confrontaciones Este-Oeste, en las cuales el ingrediente bélico parece contar en no poca medida.

Hay Norte y Sur tanto en el Este como en el Oeste. La persistente búsqueda de la continuidad de los privilegios para unas pocas Naciones, característica del viejo orden económico internacional, es reflejo del afán de los Estados poderosos de perennizar el viejo orden político, hoy en crisis, — contra toda la enseñanza de la historia que muestra que no hay hegemonías perpetuas. (*Palmas.*)

En el marco de la realidad actual, no podemos vacilar en afirmar que nos ubicamos en el Oeste, si por tal se entiende el mundo de las democracias pluralistas, y si por Este se entiende el mundo antihumano del totalitarismo.

No podemos vacilar en afirmar que nos ubicamos en el Sur, si por tal se entiende el mundo de los pueblos en vías de desarrollo que abarca las tres cuartas partes de la humanidad que reclama la justa reordenación de las relaciones económicas internacionales frente a un Norte en el cual vemos potencias tanto del Oeste como del Este que han logrado relativo bienestar para sólo una cuarta parte de la humanidad mediante el ejercicio insano de una constante política de fuerza. (*Palmas.*)

Hay dos frentes simultáneos en el marco de una misma lucha: el esfuerzo externo sostenido por un Nuevo Orden Internacional y, dentro de él, un Nuevo Orden Económico Internacional; y a su vez, el esfuerzo interno y también sostenido para dar a esa lucha hacia afuera un soporte interno de cambio, de participación, de libertad y de justicia, para que la imagen interior se corresponda con la imagen exterior y no la contradiga.

América Latina ha sido y debe seguir siendo un Continente reserva de la paz. Deseamos tener relaciones constructivas con todos los países, de acuerdo con la conveniencia nacional, inclusive con aquellos que poseen ideologías rectoras y sistemas políticos antagónicos al nuestro. Sólo aspiramos a que tales vínculos se desarrollen por cauces civilizados y sin afán de utilizarlos para obstaculizar la solidaria marcha latinoamericana de nuestros pueblos.

Soy, por la libre expresión comicial de mi pueblo, Presidente Constitucional de Venezuela. La fuerte democracia, surgida de la madurez, de la tremenda lección de la experiencia y del consenso civil y militar en 1958, superadas las duras pruebas de su inicio, está hoy cerca del cuarto de siglo de existencia. Su mejor enseñanza: demostrar que puede institucionalizarse la comprensión de civiles y militares para alcanzar y consolidar la democracia, pero a condición de que haya acercamiento humano y respeto institucional a la esfera de competencia de unos y otros. (*Palmas prolongadas.*)

Nuestro respeto a cada proceso singular no es nunca apatía o indiferencia por el destino de nuestros hermanos. Tenemos una larga historia de solidaridad latinoamericana que no estamos dispuestos a traicionar ni a tronchar. No en vano fue Venezuela la cuna de la Emancipación Hispanoamericana, tarea en la cual sembró su vida, a lo largo y a lo ancho del Continente un tercio del total de la población venezolana de entonces, siguiendo las huellas del Libertador Simón Bolívar. De ahí que actuemos con todo entusiasmo en el Pacto Subregional Andino.

Mi país despliega esfuerzos de cooperación con particular relieve en la zona de nuestro Hemisferio más afectada por la injerencia político-militar de quienes responden a dictados de una estrategia global de carácter bloquista y de inspiración totalitaria. Me refiero a Centroamérica y el Caribe. Desarrollamos la cooperación por razón de solidaridad y de justicia social internacional, sin condicionamientos políticos.

Nuestra cooperación en dicha subregión crítica no es condicionada, pero tampoco es incondicional. Por eso, afirmamos siempre la vocación democrática y pluralista de nuestros pueblos y su horror a los despotismos tradicionales y a los nuevos y humillantes totalitarismos.

Creemos en la solidaridad y nos oponemos a los modos velados o descubiertos de la intervención extranjera, hemisférica o extrahemisférica, y a las tentaciones de hacer de nuestra geografía física y humana campo de intereses bloquistas de aspiraciones hegemónicas.

Estoy consciente de que, en política internacional, mi gobierno será juzgado por la historia por lo que haga o deje de hacer en Centroamérica y el Caribe. No es este un momento de silencios cómplices o de eludir responsabilidades. Como gobernante, siempre asumo de frentes las responsabilidades.

En El Salvador, por, por ejemplo, sólo los que no quieren ver ignoran que allí, con un coraje que le agradecerán las generaciones venideras, el Presidente Duarte y los civiles y militares democráticos, libran una lucha titánica contra la más poderosa subversión guerrillero-terrorista, en los últimos 30 años de movimientos subversivos en América Latina y, a la vez, contra la más insensata y suicida posición de una extrema derecha terrorista, ciega e insensible, refractaria a todo cambio.

Conocemos los padecimientos de El Salvador porque hemos ayudado a combatir sus dictaduras en los últimos 20 años. Ni el marxismo ni el fascismo son cauces para un porvenir de libertad. (*Palmas.*)

Nuestro apoyo moral y político a El Salvador continuará hasta el límite de nuestras posibilidades porque entendemos que allí, se juega, en buena parte, el futuro destino de todo Centroamérica.

Quienes respaldamos con nuestro voto el acuerdo de la Decimoséptima Reunión de Consulta de la OEA, que señaló a nivel internacional el final de la dictadura de Somoza, deseamos que el mismo tenga pleno y acabado cumplimiento.

Seguimos con preocupada atención el desarrollo del proceso nicaragüense. Ratificamos nuestra disposición de cooperación y señalamos siempre el anhelo latinoamericano de que en la sufrida Nicaragua advenga un régimen pluralista, auténticamente democrático y respetuoso de todas las libertades.

Asistiré a la Conferencia Internacional de Jefes de Estado para la Cooperación y el Desarrollo, a celebrarse el próximo octubre en Cancún (México). Pueden tener ustedes la certeza de que allí la voz de Venezuela respaldará todo impulso positivo para el establecimiento de un Nuevo Orden Económico Internacional. En este empeño, coincidiremos Brasil y Venezuela. (*Palmas prolongadas.*)

Venezuela, que preside el Grupo de los 77 en la ONU, propiciará todo consenso que estimule y contribuya al progreso de las negociaciones globales, que deben tener como marco natural de realización la Organización de las Naciones Unidas.

La Conferencia de Cancún será una Conferencia política, de encuentro franco entre estadistas, encaminada a desbrozar obstáculos y a buscar caminos, a hacer posible la fecunda reanudación del Diálogo Norte-Sur.

Señores Senadores,

Señores Diputados:

Brasil es parte fundamental de América Latina. Esta gran nación debe arrojar positivamente el ejemplo de su propio proceso, por su natural gravitación, para la buena marcha histórica del Continente.

Las crecientes coincidencias entre las posiciones políticas de Venezuela y Brasil en el campo internacional se han visto naturalmente plasmadas en una progresiva armonización y coordinación de la acción exterior de nuestros Estados y deben reflejarse en un mayor y múltiple intercambio a todos los niveles.

Nuestra amistad tiene bases sólidas. Nuestra confianza es algo surgido de la mutua comprensión y de la cooperación sincera.

Señores Parlamentarios:

Antes de concluir permítanme un recuerdo personal. Hace ya varios lustros, cuando Brasilia era apenas el comienzo de la materialización de un sueño arquitectural, tuve ocasión de visitar en Río de Janeiro, por gentileza de mil distinguido amigo y prestante figura de la política brasileña, Senador Andrés Franco Montoro, la Cámara del Senado. La amabilidad de los parlamentarios me hizo sentirme muy en casa, porque me invitaron a presenciar una reunión de Comisión. Comprenden ahora ustedes por qué no hay metáfora ni hipérbole cuando digo que en el Parlamento del Brasil siento el calor de casa propia? (*Palmas.*)

Muy agradecido, en mi nombre y en nombre de Beth, al distinguido Senador Nilo Coelho y al distinguido Diputado Roberto Cardoso Alves, que em magnífico ejemplo de ese proceso institucional democrático que tem abierto el Brasil, en una unidad de pensamiento de este gran povo y de esto Parlamento, me dieran las buenas-vindas, uno por la Bancada del Gobierno, otro por la Bancada de la Oposición.

La solidaridad latinoamericana que nos vincula encontrará, en el tiempo por venir, cauces cada vez más anchos — democráticos, justos, libres, participativos y pacíficos — para bienestar de nuestros respectivos pueblos, de toda la América Latina y de la Comunidad Internacional. (*Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Exm^o Sr. Presidente Luis Herrera Campins, rogo vênha a V. Ex^a para, conjuntamente com o ilustre Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, fazer um breve exercício de privilégio — um privilégio que não nos incomoda, ao contrário, honra-nos — o de impor a V. Ex^a, aqui e agora, a Ordem do Congresso Nacional do Brasil, no seu mais alto grau.

Não se trata de uma simples cortesia protocolar devida a um Chefe de Estado. No caso de V. Ex^a, a significação sobreexcede essa polidez. V. Ex^a a receberá, se o assentir, na qualidade fundamental do parlamentar brilhante que, por 15 anos, serviu à sua pátria na Câmara dos Deputados da Venezuela e por mais 5 anos no Senado daquela República, sempre deixando um traço luminoso na passagem de V. Ex^a na tribuna, pela palavra e pela ação, pelo homem que é V. Ex^a, palavras e ações que levaram V. Ex^a a sofrer perseguições, a conhecer o desconforto do cárcere e a sofrer as angústias do exílio, exílio que V. Ex^a provou — como ainda no discurso magistral de ontem, no Palácio do Itamarati, V. Ex^a lembrava — por haver praticado ações que ensandecem, no caso venezuelano. No início dos anos 60, a esquerda totalitária radical. Mas V. Ex^a sofreu o exílio em consequência da defesa de um dos direitos mais sublimes e fundamentais do homem, o direito de pensar e de exercer esse pensamento. Por isso, ninguém mais adequado para receber esta homenagem, especialmente depois do discurso que V. Ex^a acaba de fazer, honrando esta Casa, mostrando uma conduta extraordinariamente equilibrada, entre os signos diversos do extremismo que tem talado o mundo, com a cora-

gem moral com que teve V. Ex^a de referir-se, com a precisão e a objetividade com que o fez exatamente agora, aos problemas que se desenrolam na sofrida América Central.

Receba, pois, V. Ex^a o Grande Colar da Ordem do Congresso Nacional do Brasil, em nome do povo brasileiro, que nós, Senadores e Deputados, temos a honra de representar. (Palmas.)

Peço ao Chanceler da Ordem, o nobre Deputado Nelson Marchezan, que leia o texto do diploma.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PDS — RS) — Ordem do Congresso Nacional. Diploma.

O Conselho da Ordem do Congresso Nacional houve por bem conferir a S. Ex^a, o Sr. Luis Herrera Campins, o grau de Grande Colar da mesma Ordem, em sessão realizada em 11 de agosto de 1981.

Brasília, Distrito Federal, 11 de agosto de 1981. — Senador *Jarbas Passarinho*, Grão-Mestre — Deputado *Nelson Marchezan*, Chanceler. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A Presidência agradece a honrosa presença das autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas, convidando-as para um coquetel no Salão Nobre do Senado Federal, onde S. Ex^a receberá os cumprimentos. Solicito à Comissão que introduziu o ilustre visitante neste Plenário que o acompanhe até aquele local.

Está encerrada a sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 40 minutos.)

ATA DA 168ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE AGOSTO DE 1981

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pórtio — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Arno Damiani — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PTB; Carlos Vinagre — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Arruda — PMDB; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevêdo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odolfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Dáso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho; Hydekkel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Cas-

tro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sijnão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Nôvaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Manoel Oséas — PDS; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schimidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Acácio Pereira — PMDB; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; José Thomé — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Victor Fontana — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebíades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 413 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Alexandre Machado.

O SR. ALEXANDRE MACHADO (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a desapropriação por interesse social para a realização de obras polêmicas, convenhamos, representa verdadeira iniquidade. O interesse social não pode ser vago, duvidoso, mas sobre maneira comprovado.

O Presidente da República deve utilizar esse remédio extremo apenas em casos, efetivamente, de maior interesse social, indubitado. No caso da desapropriação por interesse social, o pagamento das terras desapropriadas é efetuado em papéis da dívida pública que, afinal, desvalorizados, representam o confisco puro e simples da propriedade privada pelo Poder Público arbitrário.

A propriedade privada produtiva é tão sagrada quanto os direitos mais importantes da própria sociedade democrática. Fora disso estaremos sob a égide de ditadura do Estado, sempre todo-poderoso. Soltar “no olho da rua” um proprietário rural, com toda a sua família, com uma mala de papéis nas costas, sem nada poder adquirir em contrapartida, constitui um repulsivo gesto ditatorial, incabível num regime que respeita a lei.

O Governo tem de cuidar do exame frio das barragens que programa construir. Há que verificar-se os proprietários pequenos e grandes que devam ser reassentados, bem como a plena valia, que deve ser sempre inquestionável, das obras.

No Rio Grande do Sul, os problemas que explodiram dos sem-terra tiveram por base desapropriações feitas sem pagamento e sem a entrega de áreas correspondentes, em contrapartida. Lá, no Rio Grande do Sul, em certos casos, o próprio Governo Federal encarregou-se de implantar a intranquilidade social.

O Poder Público, a meu ver, não poderia empregar largas somas em obras polêmicas. Deveria, sim, jogar sua energia e disponibilidade de dinheiro em obras das quais se tivesse o consenso unânime da opinião pública. O interesse deixa de ser social para servir ao interesse parcial de algumas pessoas, desde que não tenha, em verdade, o destino de servir a toda a comunidade. O interesse é realmente social quando de todos, da generalidade das pessoas, da forma mais insuspeita.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveito o recesso parlamentar para, a convite da associação dos empregados, visitar a COBRA — Computadores e Sistemas Brasileiros, firma instalada em Jacarepaguá e que conta com quatro unidades.

A empresa vem funcionando desde 1977 e, na verdade, é motivo de orgulho para todos os brasileiros, porque tem participado grandemente do mercado de computadores do País, além de suscitar entusiasmo entre a mocidade brasileira, pois está produzindo tecnologia própria.

Visitei as suas quatro unidades e me detive em debate com cerca de 500 trabalhadores de alto nível cultural — engenheiros e técnicos do 2º grau — e todos eles revelaram dedicação, carinho e extremado amor pela empresa. Mas, a par de sentir o entusiasmo pela empresa de todos os que ali trabalham, os jornais noticiam que a COBRA poderá ser privatizada; que aquela empresa, que dia a dia se engrandece no conceito dos brasileiros e que contribui de maneira significativa para o mercado de trabalho no Estado do Rio, poderá ser, a qualquer instante, vendida a uma firma estrangeira, porque estava com seu balanço no vermelho. Verifiquei, porém, que a COBRA, que tem participação do Ministério da Fazenda, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do SERPRO, de um pool de bancos privados, do BNDE e da Empresa Digital Brasileira, está produzindo e faturando cerca de 6 bilhões de cruzeiros, sendo que 4 bilhões para fora do Brasil, e que o Governo Federal ainda não cumpriu o que prometera, isto é, integralizar o seu capital.

Sr. Presidente, sou favorável a que o Governo faça um saneamento nas empresas estatais, levando-se em conta, por exemplo, que a PETROBRÁS tem cerca de 36 subsidiárias. Mas há um setor que não pode merecer esse tratamento de privatização. Seria um choque tremendo para a mocidade brasileira retirar-lhe a possibilidade de trabalhar nesse setor de informática. Precisamos aperfeiçoar a nossa tecnologia. Vi máquinas preciosas, utilizadas em toda a América do Sul, todas elas fruto da inteligência da mocidade brasileira. A paralisação das atividades de uma empresa dessa natureza seria uma atitude criminosa por parte do Governo. O Governo não poderia ameaçar a empresa de privatização sem um estudo prévio, mas foi o que aconteceu.

Agora, o *Jornal do Brasil*, edição de domingo, anuncia que a "COBRA passa à Fazenda e dá vez aos sócios privados". Vale dizer ela está ainda temerosa de ser privatizada, mas há uma tendência forte, no seio do Governo, no sentido de ela continuar estatizada. Vou ler trecho da matéria publicada no *Jornal do Brasil*:

"MARINHA É CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

São Paulo — A COBRA — Computadores e Sistemas Brasileiros S/A — praticamente nasceu em 1968, em decorrência de um estudo realizado pela Marinha para o desenvolvimento de computadores no País. E a Marinha, hoje, é contra a privatização da empresa, que pode fabricar até computadores para fins militares.

Um dos maiores defensores de sua criação foi o Bradesco, que em diversas ocasiões chegou a ameaçar retirar-se da EDB — Empresa Digital Brasileira — caso o Governo não defendesse a reserva de mercado para a COBRA e impedisse a entrada de multinacionais na fabricação de mini-computadores.

O Bradesco entendia, e entende, que num primeiro estágio de instalação da indústria de computadores no País é necessária esta reserva de mercado para permitir o desenvolvimento de tecnologia.

Em agosto de 1977, a COBRA foi constituída oficialmente, com um capital de Cr\$ 330 milhões. Seus principais controladores na ocasião eram: EDB, com 39%; 39% com a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e SERPRO; e o restante dividido entre BNDE e DIGIBRÁS.

Em dezembro de 1979, pela primeira vez surgiu nos jornais a informação sobre dificuldades econômico-financeiras na COBRA, tendo a empresa solicitado recursos à EMBRAMEC — Mecânica Brasileira S/A, do BNDE. Seu balanço de 1978 apresentou um faturamento de Cr\$ 1 bilhão 850 milhões, isto é, um aumento de 157% sobre o ano anterior.

Em 1979 ainda podiam ser explicadas as dificuldades da empresa: por ter ficado sem diretor-executivo por quase três meses, com a saída do Sr. Carlos Augusto Rodrigues de Carvalho, que não foi substituído de imediato, a empresa ficou acéfala e seus problemas duplicaram. Começou a dever a fornecedores e a trabalhar com um grande estoque de componentes, o que não é bom negócio em época de inflação. Em outubro de 1980, a empresa lançou seu computador, o Cobra 530, bem recebido pelo mercado.

Em agosto de 1980, a privatização da COBRA era considerada difícil pelo atual Presidente, Vicente Paollilo. No mesmo mês, o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Danilo Venturini, considerava oportuna a privatização da COBRA.

Em março de 1981, a Secretaria Especial de Informática, ligada ao Conselho de Segurança Nacional, informava sobre essa dispo-

sição. Revelou-se ainda que um estudo enviado ao Ministério do Planejamento no segundo semestre de 1980, pela COBRA, mostrava a necessidade de recursos do Tesouro para a empresa enfrentar dificuldades. E informava que o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, General Danilo Venturini, não colocaria obstáculos à privatização.

Em abril de 1981 revelava-se que a empresa estava em dificuldades sérias, porque havia gasto Cr\$ 900 milhões em despesas financeiras, contra um lucro de Cr\$ 600 milhões. Os bancos que fazem parte da Empresa Digital Brasileira — EDB — em documento enviado ao Governo, revelavam que não se interessavam em assumir o controle acionário da empresa.

Revelou-se também, no último balanço da COBRA (31 de março), que os empréstimos e financiamentos solicitados pela empresa em 1981 chegavam a Cr\$ 3 bilhões, contra os Cr\$ 1 bilhão 443 milhões no exercício anterior."

Quero felicitar a Marinha por essa atitude. Já tinha sido informado de que o Sr. Ministro da Marinha, fluminense de boa cepa, de Valença, se manifestara contrariamente à privatização dessa empresa. Espero que todos os que trabalham na COBRA possam fazê-lo com calma.

O jornal anuncia ainda a dispensa de cerca de 200 trabalhadores. Sr. Presidente, por que dispensar jovens que estavam entregues à faina patriótica de produzir computadores idealizados pela Marinha brasileira? Por que esta dispensa? Para aumentar o desemprego já existente no Rio de Janeiro, já tão sofrido?

Sr. Presidente, desta tribuna felicito todos os que trabalham na empresa COBRA — Computadores e Sistemas Brasileiros S/A, saudando os jovens que a integram e dirigindo veemente e patriótico apelo ao Ministério da Marinha para que não permita a privatização da COBRA. Que a COBRA permaneça estatizada, porque poderá, como diz a nota, inclusive fabricar computadores para fins militares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Theodorico Ferraço, último orador inscrito.

O SR. THEODORICO FERRAÇO (PDS — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sábado passado uma tristeza se abateu sobre toda a classe política do Espírito Santo com a morte do ex-Deputado Estadual Ely Junqueira, que representou, na Assembléia Legislativa, durante muitos anos, o povo de Mimoso do Sul. O Prefeito Pedro Costa, interpretando os sentimentos daquela comunidade, decretou luto pelo falecimento do saudoso e querido amigo.

Lamentamos profundamente fazer este registro. É-nos difícil falar sobre a morte de um companheiro. Ely Junqueira foi Deputado junto conosco na Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Pudemos privar da sua amizade e sentir o seu valor ao defender o povo do Espírito Santo. Sua característica especial era a de ajudar os professores do nosso Estado, procurando solucionar todos os seus problemas. Tinha uma dedicação de pai, um amor e uma devoção inextinguíveis em favor da causa do professorado do Espírito Santo.

Ely Junqueira, ultimamente, vítima de doença, sofria no seu lar, e a preocupação e o pessimismo grassavam entre nós, seus amigos, ante sua possível perda, o que amargurava nossos corações.

Faleceu Ely Junqueira e com ele um grande ideal, lúcido representante que foi do povo capixaba.

Sr. Presidente, queremos expressar a nossa dor, o nosso sentimento pela perda irreparável daquele grande companheiro e irmão.

Recebam sua esposa, seus filhos e seu sogro, e, em especial, o povo de Mimoso do Sul, os nossos sentimentos de dor e de saudade.

Ely Junqueira foi um dos maiores lutadores em favor do desenvolvimento da comunidade a que tanto se dedicou.

Ao registrarmos no Congresso Nacional a perda irreparável daquele irmão e amigo, rogamos a Deus todo poderoso que dê a Ely Junqueira o descanso que ele não teve aqui na terra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Não há mais oradores inscritos para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei nº 13, de 1981-CN, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1981-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclu-

são de seu Parecer nº 56, de 1981-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.851, de 27 de janeiro de 1981, que altera o limite mínimo do benefício fiscal concedido pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, a pessoas físicas mutuárias do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.

Em discussão o projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, declaração encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1981-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 59, de 1981-CN, com voto em separado do Se-

nhor Deputado Carlos Nelson), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.852, de 27 de janeiro de 1981, que regula a distribuição aos Municípios da parcela do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos.

Em discussão o projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, declaração encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os projetos de decreto legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	2.000,00
Ano	Cr\$	4.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	2.000,00
Ano	Cr\$	4.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 950.052/5, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Está circulando o nº 61 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

Este número contém as teses e conclusões do 1º Congresso Latino-Americano sobre Meios de Comunicação e Prevenção do Delito, realizado na Colômbia, extensa pesquisa sobre a problemática do menor (*Luiz Otávio de Oliveira Amaral*), o histórico da Emenda Constitucional nº 12/78 e trabalhos doutrinários sobre: a regulamentação do art. 106 da Constituição (*Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*), a arguição de relevância da questão federal (*Iduna W. Abreu*), desenvolvimento do direito autoral (*Antônio Chaves*), o orçamento-programa e suas implicações (*Janes França Martins*), a recente evolução jurisprudencial na interpretação da Lei nº 4.121 (*Arnoldo Wald*), legislação previdenciária (*Sully Alves de Souza*), tributação urbana (*Fides Angélica Ommati*), Lei das S.A. (*Otto Gil e José Reinaldo de Lima Lopes*), o princípio da probidade no Código de Processo Civil (*Alcides de Mendonça Lima*) e o "certiorari" americano e a advocacia no STF (*Igor Tenório*).

A revista, contendo 330 páginas, pode ser obtida ao preço de Cr\$ 30,00, pelo sistema de reembolso postal, dirigido o pedido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL

**Lei Complementar nº 35/79
(alterada pela Lei Complementar nº 37/79)**

Texto anotado

Índice temático

Histórico das leis (tramitação legislativa)

Regimento Interno do Conselho Nacional da Magistratura

2ª edição — 1980

Preço: Cr\$ 100,00

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal
22º andar ou pelo Reembolso Postal**

SEGURANÇA NACIONAL

(edição 1980)

- Lei nº 6.620/78 — texto, índices sistemático e temático
- textos constitucionais e legislação ordinária
- A lei vigente comparada à legislação anterior
- Anotações (opiniões e legislação correlata)
- Projetos em tramitação no Congresso Nacional
- Histórico da Lei nº 6.620/78

384 páginas

Preço: Cr\$ 250,00

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF
ou pelo REEMBOLSO POSTAL (CEP: 70160)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 10,00